



Violência obstétrica sofrida por mulheres camponesas: um olhar através da comunidade Riacho dos Cavalos, Monte Alegre, Piauí, Brasil
Obstetric violence against peasant women: a perspective from Riacho dos Cavalos community, Monte Alegre, Piauí, Brasil

SOUSA, Vanessa ¹; LIZANA, Giovana ²

¹ Universidade de Brasília, vanessa.sousa@aluno.unb.br; ² Universidade de Brasília, giovana.lizana@aluno.unb.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Saúde e Agroecologia

Resumo: Este estudo tem como objetivo visibilizar relatos de violência obstétrica sofridos por camponesas da comunidade Riacho dos Cavalos, em Monte Alegre, Piauí, pois há escassez de pesquisas com esse recorte. Foram realizadas entrevistas presenciais em 2022. As camponesas descrevem violências verbais, físicas e morais. Em sua maioria, elas são negras e pardas, sem escolaridade completa e em vulnerabilidade socioeconômica. As colonialidades geram alegações de que o campo é lugar de atraso, de gente ignorante, sem cultura, o que poderia justificar a violência obstétrica cometida contra essas camponesas. Este estudo se entrelaça com a Agroecologia por ter uma posição ética feminista e antirracista, com protagonismo dos relatos, valorização da oralidade e da trajetória de uma das autoras, pertencente à comunidade. Foram compartilhadas histórias de dor e sofrimento, mas também de resistência e poder para reviverem dolorosas lembranças na esperança de dar voz a outras tantas outras camponesas.

Palavras-chave: agroecologia; racismo; colonialidades; resistência.

Introdução

A violência obstétrica, caracterizada por Drumond (2021) como historicamente relacionada à violência de gênero contra a mulher, é um problema grave no Brasil. Muitas são as formas de violência obstétrica: episiotomia, lacerações, ofensas verbais, maus tratos físicos. A forma como esse fenômeno se manifesta pode ser agravada por dinâmicas de opressão racista e de colonialidade do saber médico sobre os saberes tradicionais camponeses. Partindo deste pressuposto, evidenciaremos os casos de violência obstétrica sofridos por mulheres camponesas da comunidade Riacho dos Cavalos (PI).

A comunidade Riacho dos Cavalos, município da cidade de Monte Alegre, está situada no sul do Piauí, e sua distância da capital Teresina é de aproximadamente 800 km. A cidade de Monte Alegre tem sua maior população nas zonas rurais. A comunidade Riacho dos Cavalos tem maioria feminina, com acesso somente ao ensino básico, em situação de vulnerabilidade socioeconômica. As camponesas, em sua maioria, são negras e pardas.



Nos crescentes casos de violências contra mulheres em nossa sociedade, podemos considerar que, somente pelo fato de ser mulher, estaremos sujeitas a sofrer qualquer tipo de violência, levando em consideração que os agressores sairão impunes em muitos dos casos. Infelizmente, essa é uma triste realidade em nossa sociedade. Ao longo de toda história brasileira desde a invasão colonial de 1500, a mulher tem sido invisibilizada, menosprezada e desvalorizada. A lógica colonialista e patriarcal invalida nossos direitos, nos tornando vítimas frequentes desse sistema opressor.

A violência contra a mulher é atravessada por dinâmicas de raça, classe, sexualidade e outros. Nos casos aqui relatados, é visível como o ultrajante problema da violência obstétrica ganha contornos terríveis quando as vítimas são mulheres camponesas negras e pardas em vulnerabilidade socioeconômica. A Agroecologia, enquanto movimento social, afirmou no IV Encontro Nacional de Agroecologia, em 2018, em Belo Horizonte (MG): “Se tem racismo, não é Agroecologia” (CARTA POLÍTICA DO IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (SÍNTESE), 2018). Portanto, esse trabalho traz o compromisso de denunciar a violência obstétrica contra as mulheres camponesas da comunidade Riacho dos Cavalos como violência ligada ao racismo, o mesmo racismo presente na escravização de pessoas africanas sequestradas e trazidas à força para o Brasil e presente na concentração fundiária atual, herdeira direta da Lei nº 601 de 1850, a Lei de Terras.

Metodologia

Essa é uma pesquisa de cunho qualitativo, pois segundo Demo (1985), a natureza das realidades sociais tende a se manifestar “de formas mais qualitativas que quantitativas” (p. 16). Foi realizada ao longo de outubro de 2022, e a localidade da maioria das entrevistas foi a casa das próprias camponesas, com exceção de uma, que foi por mensagem.

O interesse em evidenciar a violência obstétrica sofrida por mulheres camponesas surgiu da inquietação ao buscar por pesquisas voltadas para discussão e não encontrar nenhum resultado. A desvalorização e invalidação dos povos e comunidades camponesas são históricas em nossa sociedade. Como este trabalho é fruto da imersão de uma pesquisadora camponesa, emergiu a necessidade de estudar o assunto partindo da comunidade Riacho dos Cavalos, PI.

O estudo teve início com uma pesquisa exploratória, estabelecendo diálogos com as camponesas, apontando o interesse de registrar essas experiências vividas e relatadas por elas. Primeiro, foram feitas anotações em diários de campo, para depois dar início às entrevistas individuais com as camponesas.

Partindo para as entrevistas individuais, foram selecionadas 5 camponesas para relatarem as violências obstétricas por elas sofridas, no pré-natal, parto ou pós-parto. Foram entregues termos de consentimento para as entrevistadas assinarem e posteriormente seus relatos serem apresentados aqui, como meio de evidenciar essas atrocidades cometidas contra as camponesas, já que poucos são os espaços para compartilharem suas dores.

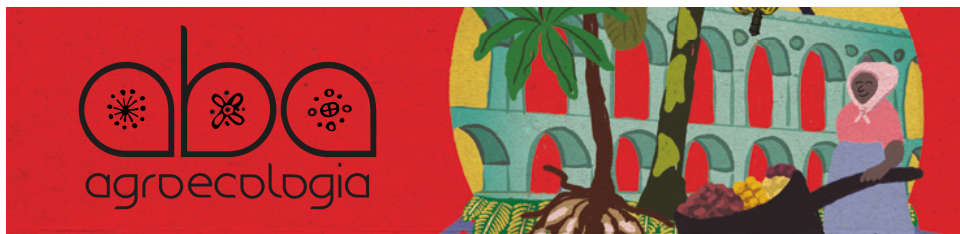


Resultados e Discussão

Apresentamos os relatos das camponesas, completos, emergindo todas as atrocidades cometidas contra essas mulheres camponesas, que tiveram seus corpos violados, suas dores invalidadas e seus direitos negados, enquanto estavam completamente vulneráveis, desprotegidas no momento em que elas mais precisavam de cuidados e segurança.

“Quando eu engravidei, tinha 17 anos. Com 40 semanas completas tive uma pequena perda de líquido e fui levada ao hospital da cidade. Chegando lá fizeram o toque, senti muita dor e fiquei sangrando, sabia que meu sofrimento ia começar a partir dali. Por volta de 16:00, eu ainda estava sofrendo com as dores e recebendo os exames de toque cada vez mais fortes e dolorosos, tinha horas que eu sentia a mão inteira dentro de mim me rasgando, tinha horas que eles abriam as minhas pernas para mim deixar fazer os toques, eu já não aguentava mais aquilo, me levaram para outro quarto, me colocaram naquela maca, numa posição desconfortável e humilhante, e mandaram eu fazer muita força, não sei se posso falar, mas o médico gritava “bota força igual quando você vai cagar”, eu me sentia ainda mais humilhada e fraca. Hoje meu filho tem 4 anos e foi diagnosticado com uma paralisia do cérebro, pelo diagnóstico do neurologista essa paralisia se deu por falta de oxigênio no cérebro devido à demora do parto, ele passou da hora de nascer, hoje ele enfrenta dificuldades motoras e cognitivas, e isso o impede de realizar funções como andar e falar” (Camponesa 3).

“Eu estava esperando o meu segundo filho, e em uma das consultas do pré-natal eu reclamei ao médico que estava com dores nas costas, ele falou coisas horríveis, disse que eu estava com essas dores por falta de sexo, levantou da cadeira dele, veio me agarrou pelas costas e forçou um beijo na boca. Eu não tive reação nenhuma na hora, a não ser o medo e a sensação de ser minha culpa, não tinha como denunciar, seria a minha palavra contra a dele, essa foi uma experiência traumática demais para mim. Chegou a hora do parto, e o médico que me atendeu foi o mesmo que me violou no pré-natal, não sei se ele me reconheceu mas eu jamais me esqueceria dele e o que ele me fez. Eu passei mais de 10 horas de sofrimento, exames de toques dolorosos e insuportáveis, mesmo com o medicamento para induzir o parto eu não tinha passagem, o médico usou muita força para tentar empurrar o meu filho, ele empurrava a minha barriga com muita força, aquilo doía tanto, eu gritava de dor e ouvi “se você continuar gritando o médico vai deixar você sofrendo aqui sozinha”. Ele me cortou toda e usou o fórceps para arrancar o meu filho de dentro de mim, ele nasceu com um hematoma no rostinho, ficou roxo em metade do rostinho dele e parte da cabeça, eles também falaram que era normal e o meu filho não estava sofrendo, logo ia cicatrizar, o meu bebê nasceu com 5kg. No último parto, dessa vez no pré-natal, eu pedi ao médico uma cesariana e a laqueadura, fiz todos os documentos com a autorização do meu marido e estava tudo ocorrendo como o planejado, então no dia 30 de dezembro, vésperas do ano novo, eu tive pequenas perdas de líquido e fui levada ao hospital.



Chegando lá, fui internada, apresentei o encaminhamento para a cesariana e a ata com a autorização para a laqueadura, mas todo o planejamento do médico do pré-natal foi desconsiderado, e as horas de maior sofrimento da minha vida começaram. Eu fui submetida a diversos toques, eu gritava e chorava de dor, cheguei a evacuar em um dos exames de toque, então me deram o medicamento para induzir o parto e eu fiquei desassistida por muitas horas, eu gritava pedindo ajuda, e ouvia alguém dizer que se eu fizesse mais escândalo, eles iam demorar mais pra vir me ver, e foi o que aconteceu. Eu já não tinha mais forças, me sentia morta por dentro, aí umas 7:00 houve a troca de plantão e a minha irmã que me acompanhava implorou que fizessem uma cesariana de emergência. De quatro partos, eu fui violada em todos, eu me sentia culpada por estar passando por tudo aquilo.” (Camponesa 4)

“Quando eu fui ter a minha segunda filha, o parto foi feito por algumas enfermeiras. Logo após o nascimento, por volta de 23:00 horas, as enfermeiras alegaram não saber o que fazer com a placenta, eu ia ter que esperar o médico chegar para fazer o parto da placenta. Levaram a minha filha para o quarto sem eu poder amamentar, ela ficou aos cuidados de minha mãe. As enfermeiras amarraram uma tesoura ao cordão umbilical para ele não voltar, e eu fiquei na mesma posição do parto, deitada com as pernas abertas, eu sentia muito frio, pedia ajuda, mas o médico ainda não tinha dado entrada no plantão, e eu fiquei naquela posição, sozinha, eu me sentia desamparada, o médico chegou por volta de 5:30 da manhã, e mandou que eu levantasse e ficasse de cócoras. A placenta saiu na hora, eu não merecia passar por aquilo, minha filha não merecia.” (Camponesa 2)

“Quando fui ter meu segundo filho de parto normal, ou anormal diante do que aconteceu, o médico fez aquele corte em mim, eu sentia muita dor e ele disse “não vou aplicar anestesia, a dor que você sente já é uma anestesia”. Aquilo doía tanto o corte infeccionou, não me receitaram nada, ainda bem que mãe fazia água de casca de caju pra ajudar a cicatrizar o corte. Esse parto foi traumático, eu tenho tanto medo de passar por isso de novo que já tem 12 anos que eu tomo remédio pra não engravidar.” (Camponesa 5)

“Esse era o meu terceiro parto. Nesse tempo eu tive que ir pra Brasília pra ganhar o bebê, na minha gravidez toda eu fiquei inchada, por isso o médico disse que eu teria que fazer uma cesariana para tirar o menino. No dia do parto, eu passei mal depois da anestesia, parece que eu ficava desmaiando, eu não ouvi o choro do menino e não vi ele, eu ficava aí sem prestar atenção em nada, depois deles me costurarem, o médico veio e disse que ele me ligou, como eu já tinha três filhos, melhor ligar. Nesse tempo, eu tinha 29 anos, no ano de 86.” (Camponesa 1).

“Quando uma mulher ia parir, antigamente, tinha a parteira e uma outra mulher que ajudava a gente, a gente se sentava na hora das dores e ela vinha e se sentava por trás de nós que estávamos dando a luz, ela segurava a gente dando apoio nas costas. Era tudo diferente, a gente era bem cuidada, entendiam a nossa dor. Elas não xingavam e nem tratavam a gente mal, com raiva e ignorância, nós éramos



tratadas com carinho. Até a posição de parir era diferente, antes a maioria das mulheres pariam de cócoras ou sentada, hoje em dia a maioria das mulheres são colocadas nas macas com as pernas bem abertas, eu acho que aquela posição facilita mais para o médico do que para a mulher que é quem tá parindo, e parece que a posição de cócoras ou sentada é mais fácil a saída do bebê. Hoje em dia as mulheres sofrem demais para parir, tem várias delas que ainda são xingadas na hora do parto, acho que é por isso que muitas mulheres têm medo de parir. Porque o que dá medo é o jeito que elas vão ser tratadas na hora do parto.” (Camponesa 1)

Conclusões

Como mencionado anteriormente, esse é um estudo pioneiro, como demonstra a ausência de fontes bibliográficas disponíveis nos periódicos acadêmicos. Porém, isso não invalida a urgência em abordar esse tema, e esperamos que os relatos apresentados possam ser considerados suficientes para dar continuidade à pesquisa em comunidades camponesas, nas quais diariamente mulheres camponesas são vítimas de violência obstétrica. Ao serem tratadas como atrasadas, tendo suas dores e direitos invalidados, vítimas de um sistema excludente e opressor, essas mulheres têm seus direitos sistematicamente negados. Ressaltamos que a Constituição Federal de 1988, em seu título II, capítulo II, artigo 6º, assegura como direitos sociais a saúde e a proteção à maternidade e à infância (BRASIL, 1988).

Podemos concluir que as mulheres camponesas são vítimas vulneráveis desse sistema capitalista de mercantilização do parto, que frequentemente torna o parto humanizado inalcançável financeiramente para camponesas, mantendo-se restrito às classes privilegiadas da população. O intuito deste estudo foi evidenciar as violências obstétricas sofridas pelas mulheres camponesas para dar voz a essas vítimas de um sistema incapaz de considerar todas as especificidades e diversidade presentes em nossa sociedade. O termo violência obstétrica é algo novo para muitas mulheres camponesas, mas as práticas violentas, invasivas e desumanas são de conhecimento de grande parcela das camponesas que passaram pelo momento do parto, sem a assistência necessária para um parto tranquilo e liberto das práticas que configuram a violência obstétrica.

Percebemos no relato da camponesa 5, que recebeu cuidado de sua mãe na forma de água de caju para ajudar a cicatrizar o corte, um exemplo real da importância dos saberes tradicionais e o impacto das colonialidades, uma vez que o que essa camponesa recebeu de médicos respaldados pela ciência hegemônica foi violência. Vemos a Agroecologia como um meio de trazer essas questões para o debate acadêmico, enfatizando a importância de dar voz para as camponesas e trazer seus relatos para construirmos resistência.



Esperamos que com esta pesquisa e relatos apresentados possamos conquistar olhares que nos ajudem a enfrentar situações como estas, com políticas públicas que garantam assistência digna às mulheres camponesas. Finalizamos com a certeza de que continuaremos buscando pela visibilidade delas, forçadas a enfrentarem caladas essas formas de violências, que assolam, desprezam e violam mulheres em toda nossa sociedade, sociedade esta predominantemente patriarcal, machista, sexista e misógina, que oprime essa densa camada da população composta por mulheres das comunidades tradicionais, negras e que pertencem classe dominada por opressores capitalistas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 22 set. 2023.

DRUMOND, Nathalia Fernanda Gonçalves dos Santos. **A violência obstétrica e a objetificação do corpo da mulher**. Tese (Mestrado em Estado, Governo e Políticas Públicas). Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Belo Horizonte, 2021.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1985.

CARTA POLÍTICA DO IV ENA ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (SÍNTESE). Belo Horizonte, 3 jun. 2018. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Carta-Pol%C3%ADtica-do-IV-ENA-Versao-Final-da-S%C3%ADntese.pdf>> Acesso: 29 nov. 2022.